

OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Weryton Leite da Cunha *

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados pela educação brasileira durante a pandemia de COVID-19, com ênfase no ano de 2020 e seus reflexos para o ano de 2021. A interrupção das aulas presenciais e a adoção emergencial do ensino remoto evidenciaram desigualdades históricas no acesso à educação, com destaque para a falta de conectividade e infraestrutura adequada, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A pesquisa também aborda os impactos sociais e emocionais da pandemia sobre estudantes e professores, além de analisar os efeitos sobre o mercado de trabalho jovem. Por fim, o artigo propõe estratégias para a superação das barreiras educacionais, enfatizando a importância de políticas públicas que garantam a inclusão digital e a adaptação pedagógica, de modo a assegurar uma educação básica de qualidade para todos.

Palavras-chave: Pandemia; Educação; Brasil.

ABSTRACT

This article examines the challenges faced by Brazilian education during the COVID-19 pandemic, with a focus on the year 2020 and its implications for 2021. The interruption of in-person classes and the emergency adoption of remote learning highlighted historical inequalities in access to education, particularly the lack of connectivity and adequate infrastructure, especially in the North and Northeast regions of Brazil. The research also addresses the social and emotional impacts of the pandemic on students and teachers, as well as its effects on the youth labor market. Finally, the article proposes strategies to overcome educational barriers, emphasizing the importance of public policies that ensure digital inclusion and pedagogical adaptation, in order to guarantee quality basic education for all.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo no ensino de Geografia em todo o mundo, com efeitos particularmente profundos no contexto

* Weryton Leite da Cunha – Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA) – weryton10@yahoo.com.br

educacional brasileiro. A necessidade de uma transição rápida para o ensino remoto trouxe desafios sem precedentes para educadores, alunos e suas famílias, destacando lacunas estruturais e pedagógicas que impactaram a qualidade do aprendizado. Este estudo investiga os efeitos da pandemia no ensino de Geografia no Brasil, analisando os desafios enfrentados e propondo estratégias para superar as barreiras impostas por essa realidade.

A Geografia, como disciplina escolar, é essencial para a formação crítica dos estudantes, pois contribui para a compreensão das relações espaciais e sociais. Durante a pandemia, questões como globalização, sustentabilidade, políticas públicas de saúde e desigualdades sociais tornaram-se ainda mais evidentes, reforçando a relevância de uma educação geográfica que conecte os eventos globais às vivências locais. Contudo, as condições adversas impostas pela crise sanitária colocaram em xeque a capacidade de ensino e aprendizado dessa disciplina no formato remoto.

A transição emergencial para o ensino remoto não considerou, de maneira ampla, as particularidades da Geografia enquanto ciência que se beneficia de práticas interativas, como atividades de campo e observações diretas. Além disso, a desigualdade no acesso a recursos tecnológicos prejudicou alunos e professores de regiões menos favorecidas. A ausência de formação docente específica para o uso de ferramentas digitais também agravou os desafios, destacando a necessidade de soluções inovadoras para o ensino de Geografia em contextos remotos e híbridos.

Durante o período de ensino remoto, a utilização de metodologias interativas e recursos tecnológicos, como mapas digitais, aplicativos de geolocalização e plataformas virtuais, foi amplamente debatida como alternativa para minimizar as limitações impostas pela ausência de atividades presenciais. No entanto, a implementação dessas ferramentas enfrentou barreiras significativas, como a falta de infraestrutura adequada, a insuficiência de políticas públicas para inclusão digital e a carência de habilidades tecnológicas por parte de educadores e alunos. Esses fatores intensificaram as desigualdades educacionais, especialmente em comunidades periféricas e zonas rurais.

Outro aspecto relevante foi a necessidade de adaptação dos conteúdos curriculares para o formato remoto. O ensino de conceitos geográficos que exigem análises complexas, como dinâmicas climáticas, geomorfologia e cartografia, tornou-se um desafio, demandando criatividade para manter o engajamento dos

estudantes. A simplificação excessiva de conteúdos, muitas vezes adotada para facilitar a aprendizagem, levantou preocupações sobre a formação incompleta e a perda de profundidade nos estudos geográficos, impactando a capacidade crítica dos estudantes em compreender questões socioespaciais.

Além disso, o impacto emocional e psicológico da pandemia não pode ser ignorado. Alunos e professores enfrentaram altos níveis de estresse, ansiedade e esgotamento, o que influenciou negativamente o processo de ensino-aprendizagem. A ausência de interações sociais e de um ambiente de sala de aula estruturado também reduziu a motivação e o desempenho acadêmico, especialmente em disciplinas que demandam discussões e debates, como a Geografia.

Para mitigar os efeitos dessa crise, iniciativas voltadas à capacitação docente e ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica ganharam destaque. Programas de formação continuada para professores, com foco no uso pedagógico de tecnologias digitais, tornaram-se essenciais para ampliar as possibilidades de ensino. Paralelamente, investimentos em políticas de inclusão digital, como a distribuição de equipamentos e o acesso à internet de qualidade, são passos fundamentais para garantir equidade no ensino de Geografia e em outras disciplinas.

Por fim, a pandemia trouxe à tona a importância de repensar o ensino de Geografia a longo prazo, integrando novas abordagens metodológicas e ampliando a conexão entre teoria e prática. O fortalecimento do ensino híbrido, com a combinação de atividades presenciais e remotas, emerge como uma solução viável para ampliar o acesso ao conhecimento geográfico, tornando-o mais dinâmico, inclusivo e adaptado às necessidades de uma sociedade cada vez mais globalizada e tecnológica.

2 DESENVOLVIMENTO

O ensino de Geografia no Brasil reflete a evolução das estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Inicialmente voltado à exploração de recursos naturais, o ensino da disciplina transformou-se em uma ferramenta de formação cidadã, incentivando a compreensão crítica do espaço geográfico e suas dinâmicas.

Desde os tempos coloniais, a Geografia desempenhou um papel relevante na exploração e organização territorial do Brasil. Durante o período imperial, a

disciplina era voltada para atender aos interesses econômicos e militares, refletindo as necessidades de mapeamento e controle territorial. Já na república, a ênfase na Geografia escolar passou a considerar o patriotismo e a exploração de recursos naturais, alinhando-se ao projeto nacionalista da época. Segundo Cavalcanti (2002), o ensino da Geografia na segunda metade do século XX começou a adotar uma abordagem crítica, enfatizando as desigualdades regionais e as relações entre sociedade e natureza.

Com a inclusão da Geografia nos currículos escolares, o foco deixou de ser apenas descritivo, ganhando uma perspectiva analítica e integradora. Freire (1996) destaca que a educação precisa estar ligada à realidade dos estudantes, e essa transformação no ensino de Geografia buscou alcançar esse objetivo. Atualmente, a disciplina é reconhecida como essencial para a formação cidadã, embora os desafios históricos e estruturais ainda sejam presentes.

O currículo de Geografia, conforme descrito na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é estruturado para abordar temas como cartografia, urbanização, mudanças climáticas e globalização. Esses tópicos visam desenvolver competências que permitam aos estudantes interpretar criticamente o espaço geográfico e suas transformações. A BNCC também enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, integrando a Geografia com outras áreas do conhecimento.

Entretanto, a pandemia destacou limitações na aplicação prática dessas diretrizes. Muitos professores enfrentaram dificuldades para adaptar os conteúdos ao ensino remoto, especialmente em regiões com baixo acesso à tecnologia. Conforme Libâneo (1994), a didática deve considerar as condições reais dos estudantes e professores, o que evidencia a importância de estratégias curriculares adaptativas em tempos de crise.

Antes da pandemia, metodologias de ensino em Geografia já buscavam incorporar práticas ativas, como uso de mapas interativos e visitas de campo. Essas práticas possibilitavam uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos espaciais. Com a transição para o ensino remoto, os professores tiveram que buscar alternativas tecnológicas para manter o engajamento dos alunos. Moran (2013) ressalta que as tecnologias digitais podem ser ferramentas poderosas para a mediação pedagógica, mas exigem formação e infraestrutura adequadas.

No entanto, a adoção dessas metodologias enfrenta desafios. A falta de acesso a dispositivos e à internet em regiões vulneráveis comprometeu a qualidade

do ensino. Além disso, a ausência de formação continuada para o uso de ferramentas digitais limitou as possibilidades pedagógicas, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão digital no ambiente escolar.

A transição abrupta para o ensino remoto durante a pandemia expôs as fragilidades do sistema educacional brasileiro. Muitos professores relataram dificuldades em adaptar suas metodologias às plataformas digitais, enquanto os estudantes enfrentaram problemas relacionados à conectividade e ao acesso a dispositivos adequados. Conforme Alarcão (2001), a prática educativa exige reflexão constante e adaptação às novas realidades, o que se mostrou particularmente desafiador nesse contexto.

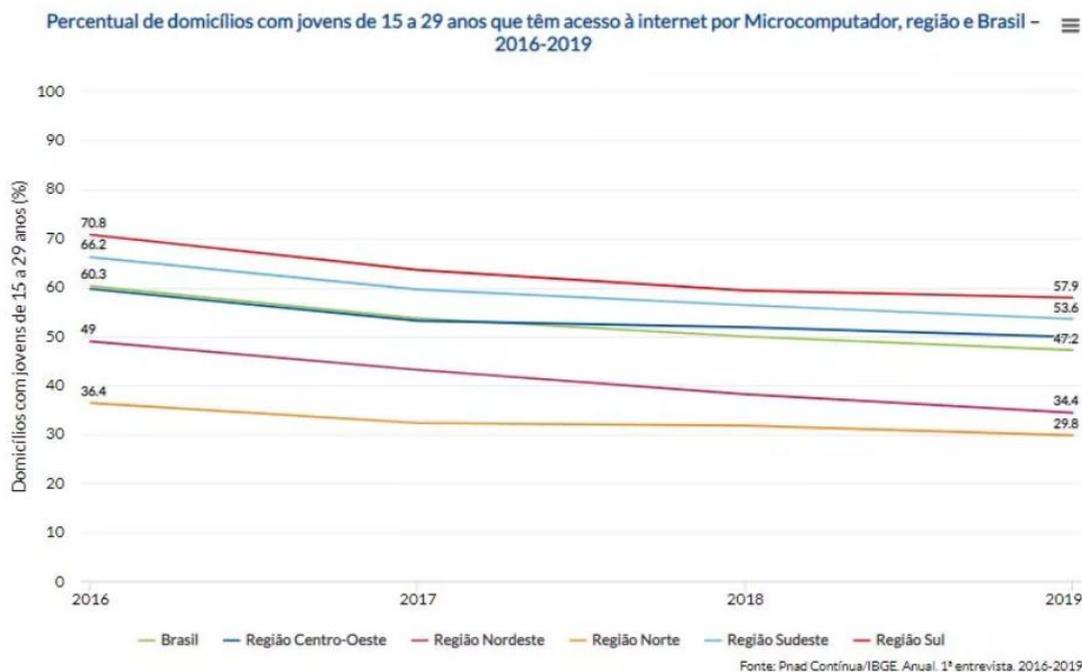
Além das limitações tecnológicas, a falta de preparo para o ensino remoto afetou a qualidade do aprendizado. A interação entre professores e alunos foi prejudicada, reduzindo o potencial de discussões e debates, elementos fundamentais no ensino de Geografia. Esse cenário destaca a urgência de investimentos em formação docente e infraestrutura tecnológica para a educação básica no Brasil.

A natureza prática e exploratória da Geografia apresenta desafios únicos para o ensino remoto. Atividades como análises de mapas, visitas de campo e discussões sobre dinâmicas territoriais foram severamente impactadas. Conforme Cavalcanti (2002), a Geografia crítica exige uma abordagem que vá além do conteúdo teórico, conectando-o às vivências dos estudantes e à observação direta do espaço geográfico.

Embora ferramentas digitais, como mapas interativos e imagens de satélite, tenham sido utilizadas para mitigar esses desafios, a experiência prática foi insubstituível. O ensino remoto também dificultou a personalização das aulas, uma vez que a interação direta entre professores e alunos foi reduzida. Freire (1996) destaca que a educação deve ser um ato de comunicação e diálogo, princípios que ficaram comprometidos nesse formato.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais e educacionais no Brasil. Alunos de regiões mais pobres, especialmente das zonas rurais, foram os mais afetados pela falta de acesso à internet e dispositivos tecnológicos. Segundo dados do IBGE (2021), cerca de 4,3 milhões de domicílios brasileiros não possuem acesso à internet, evidenciando a exclusão digital no país.

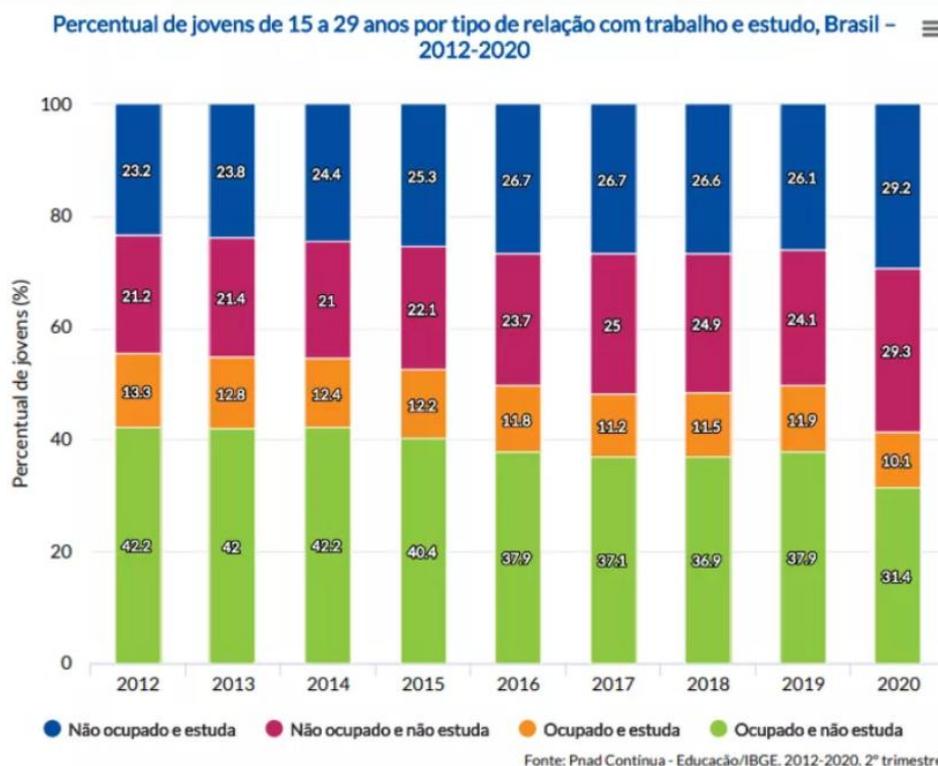
Essas desigualdades impactaram diretamente o ensino de Geografia, pois a disciplina exige o uso de recursos visuais e tecnológicos para uma aprendizagem efetiva. A falta de políticas públicas voltadas para a inclusão digital agravou essa situação, comprometendo não apenas o aprendizado, mas também a motivação e o engajamento dos estudantes. Esse cenário reforça a necessidade de um planejamento educacional que considere as diferenças regionais e sociais do Brasil.



Dados: "PNAD Contínua/IBGE Anual 1ª entrevista 2016-2019", visualizados a partir da Plataforma JET.

O ano de 2020 marcou um divisor de águas na educação brasileira, expondo desigualdades históricas e ampliando desafios já existentes. O fechamento das escolas, em decorrência da pandemia de COVID-19, obrigou uma transição abrupta para o ensino remoto. Entretanto, como mostrado no gráfico acima, a conectividade precária e a desigualdade no acesso a tecnologias revelaram-se barreiras cruciais, limitando o alcance de uma educação básica inclusiva e de qualidade. A necessidade de enfrentar essas dificuldades exige um planejamento estratégico baseado em dados e experiências concretas, que guie a superação dessas lacunas no sistema educacional, como destacado em artigo disponível no futura.frm.org.br.

As disparidades regionais foram acentuadas durante o ensino remoto, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Dados do gráfico acima, mostram que até 28% dos estudantes do Ensino Médio no Norte não receberam qualquer atividade escolar durante a pandemia. Esse cenário é agravado por fatores estruturais, como a falta de conectividade e recursos tecnológicos. A ausência de políticas públicas eficazes para inclusão digital ampliou o fosso entre os estudantes das diferentes regiões do país, evidenciando a urgência de investimentos voltados para a infraestrutura educacional e tecnológica, conforme mencionado em pesquisa do futura.frm.org.br.



Dados: "PNAD Contínua – Educação/IBGE. 2012-2020. 2º trimestre", visualizados a partir da Plataforma JET.

O aumento do número de jovens entre 15 e 29 anos sem emprego e fora da escola foi outro impacto grave da pandemia. A crise sanitária interrompeu o progresso educacional e restringiu oportunidades de trabalho, afetando particularmente os jovens de baixa renda e pertencentes a grupos historicamente vulneráveis. A interseção entre desigualdade racial e econômica reforçou padrões de exclusão, dificultando ainda mais a inclusão desses jovens no mercado de trabalho e no sistema educacional, uma questão abordada no estudo do futura.frm.org.br.

Enquanto os estudantes lidavam com a exclusão digital, os professores enfrentaram sua própria batalha. A falta de infraestrutura para ministrar aulas online e o distanciamento em relação aos alunos causaram uma queda no engajamento e na motivação de ambos. Dados indicam que 79% dos professores relataram dificuldades relacionadas à conectividade, enquanto 64% apontaram a dificuldade em manter os alunos engajados. Esse contexto gerou um desgaste emocional significativo, especialmente entre professoras, que representam a maioria dos profissionais na educação básica, conforme descrito em levantamento do futura.frm.org.br.

Os impactos emocionais da pandemia não se limitaram aos professores. Alunos também experimentaram uma perda de vínculo com a escola e os colegas, agravando sentimentos de solidão e desmotivação. A falta de interação presencial prejudicou a construção de laços sociais e a troca de experiências, elementos essenciais para o aprendizado e o desenvolvimento humano. Esse fator, combinado com o aumento da evasão escolar, levanta preocupações sobre os efeitos de longo prazo no sistema educacional brasileiro, conforme relatado em fontes no futura.frm.org.br.

Superar os desafios impostos pela pandemia requer um conjunto de medidas integradas, que incluam a ampliação do acesso à internet, a distribuição de dispositivos tecnológicos e a capacitação contínua de professores. Além disso, políticas públicas voltadas para a recuperação da aprendizagem devem considerar as especificidades regionais e sociais, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás. O fortalecimento do ensino híbrido, aliado a abordagens pedagógicas inovadoras, pode ser uma solução viável para tornar a educação mais acessível e equitativa, conforme sugerido no futura.frm.org.br.

A resolução dos desafios educacionais exacerbados pela pandemia depende de esforços conjuntos entre governos, instituições privadas e a sociedade civil. Investimentos em infraestrutura, programas de inclusão digital e iniciativas de apoio psicológico para alunos e professores são medidas indispensáveis para reconstruir um sistema educacional resiliente. Além disso, é fundamental o monitoramento constante das políticas implementadas, assegurando que elas atendam às necessidades reais da comunidade escolar, como defendido em pesquisas publicadas no futura.frm.org.br.

A pandemia trouxe à tona a importância de uma educação geográfica crítica, que capacite os estudantes a compreender e agir em relação aos desafios globais e locais. Fenômenos como desigualdades socioeconômicas, mudanças climáticas e urbanização acelerada demandam uma abordagem educacional que vá além do ensino conteudista, promovendo a conscientização e a participação cidadã.

Segundo Cavalcanti (2002), o ensino de Geografia deve ser uma ferramenta para a transformação social, conectando os estudantes às realidades que os cercam. No pós-pandemia, a valorização da disciplina passa pela incorporação de práticas pedagógicas que dialoguem com as novas demandas da sociedade, como o uso de tecnologias, a interdisciplinaridade e o fortalecimento de competências socioemocionais.

Além disso, o ensino geográfico pode contribuir para a construção de uma sociedade mais resiliente, ao estimular nos estudantes a capacidade de analisar e propor soluções para problemas territoriais e ambientais. Essa perspectiva reforça o papel essencial da disciplina no desenvolvimento de uma consciência crítica e sustentável.

O ensino de Geografia enfrentou desafios significativos durante a pandemia, expondo fragilidades estruturais do sistema educacional brasileiro. A transição para o ensino remoto evidenciou desigualdades de acesso à tecnologia, lacunas na formação docente e dificuldades em adaptar as metodologias pedagógicas às novas realidades. Apesar disso, o período também incentivou a inovação e a busca por estratégias adaptativas que podem transformar positivamente o ensino da disciplina.

A superação desses desafios exige uma articulação entre governos, escolas e a sociedade civil para implementar políticas públicas que promovam a inclusão digital, a formação continuada de professores e a valorização da educação geográfica. Conforme Freire (1996), a educação é um ato político que deve ser guiado pela busca de justiça social e equidade, princípios que se tornam ainda mais urgentes no contexto atual.

A capacitação docente foi um ponto crítico para o enfrentamento dos desafios educacionais durante a pandemia. A falta de preparo para o uso de tecnologias digitais revelou a necessidade urgente de formação continuada, especialmente em disciplinas que demandam o uso de recursos visuais e interativos, como a Geografia.

Conforme Libâneo (1994), a formação docente deve ser concebida como um processo contínuo e integrado à prática educacional. No contexto da pandemia, muitos professores buscaram cursos online e materiais didáticos para aprimorar suas competências digitais, embora nem sempre esses recursos fossem acessíveis ou adequados às suas realidades. Políticas públicas voltadas para a formação tecnológica de educadores tornaram-se essenciais, destacando o papel das secretarias de educação em oferecer suporte técnico e pedagógico.

Além disso, a formação continuada deve contemplar não apenas o domínio de ferramentas digitais, mas também o desenvolvimento de estratégias que promovam o engajamento e a participação ativa dos estudantes. Nesse sentido, a colaboração entre professores, gestores e especialistas em educação é fundamental para a construção de uma prática pedagógica mais eficiente e inclusiva.

Por fim, o ensino de Geografia no Brasil tem um papel central na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e intervir nas dinâmicas territoriais e sociais que moldam suas vidas. A pandemia, apesar de seus impactos negativos, ofereceu uma oportunidade de reflexão e transformação que pode fortalecer a disciplina e seu papel na educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 representou um marco significativo na história da educação, especialmente no ensino de Geografia, ao expor fragilidades e desigualdades já presentes no sistema educacional brasileiro. A necessidade de adaptação às novas realidades trouxe à tona desafios que vão desde a desigualdade digital até a reinvenção das práticas pedagógicas. Contudo, também abriu oportunidades para a inovação e a reflexão sobre o papel da tecnologia e da formação docente no futuro da educação.

O ensino de Geografia, por sua natureza interdisciplinar e prática, foi particularmente impactado. As dificuldades em replicar experiências de campo e a interação presencial nas aulas remotas mostraram a importância de metodologias que combinem teoria e prática de maneira criativa e acessível. Ferramentas digitais emergiram como alternativas viáveis, mas sua implementação exige investimentos em infraestrutura e capacitação docente.

A formação continuada de professores foi identificada como um elemento essencial para a superação dos desafios educacionais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que valorizem e incentivem a qualificação docente. Cursos de atualização, apoio técnico e acesso a recursos tecnológicos devem fazer parte de um plano abrangente para fortalecer o ensino de Geografia e outras disciplinas no contexto pós-pandêmico.

Além disso, a pandemia destacou a urgência de reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Alunos de regiões mais vulneráveis enfrentaram barreiras significativas no acesso à educação, agravando as disparidades existentes. Esse cenário reforça a importância de um planejamento educacional inclusivo, que leve em conta as diversidades regionais e sociais do país.

É fundamental que as experiências e aprendizados adquiridos durante a pandemia sirvam como base para a construção de um sistema educacional mais resiliente e inovador. A integração de tecnologias, a valorização da formação docente e o combate às desigualdades devem ser pilares centrais de uma educação que prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Portanto, o ensino de Geografia em tempos de pandemia revelou tanto as fragilidades quanto as possibilidades de transformação no campo educacional. A partir dessa reflexão, é possível vislumbrar caminhos que promovam uma educação mais justa, inclusiva e alinhada às necessidades da sociedade atual, reforçando o papel da Geografia como disciplina essencial para a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUTURA. *Panorama da Educação no Brasil em 2020 e os desafios de 2021*. Disponível em: <https://futura.frm.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAN, José Manuel. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2013.